

-- Acta número três-----

-- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SEIS. -----

-- Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Manuel Tomás Geraldês, comigo o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa. -

-- **Eleitos do PS:** Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro, Catarina Alexandra Teixeira Mendes, José Martins da Fonseca, Alfredo Guerra Martins, Joaquim Robalo Amaro; -----

-- **Eleitos do PSD:** Acácio Bernardo Nunes Dias, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira, António Luís Nave D'Elvas; -----

-- **Eleitos da CDU:** Ilda Maria Barroso Leal; -----

-- **Presidentes de Juntas eleitos do PS:** Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Vitor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria, António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas; -----

-- **Presidentes de Juntas eleitos do PSD:** Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre. -----

-- Em virtude de membros constituintes da Assembleia Municipal, da lista do PSD terem pedido suspensão de mandato, por período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocado o Senhor António Manuel Novais Teixeira. -----

-- **O Senhor Presidente Assembleia** após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão, e leu o edital que deu origem à convocatória, e informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 18 presenças, registando-se as ausências dos Senhores Deputados António Manuel Novais Teixeira e Maria Manuela Martins Sampaio. -----

-- De seguida leu a ordem de trabalhos que, passo a enumerar: -----

-- 1 - Aprovação da acta da sessão anterior; -----

-- 2 - 1º Período de intervenção dos senhores munícipes; -----

-- 3 - Período antes da ordem do dia; -----

-- 4 - Período da ordem do dia; -----

-- 4.1 - Informações do Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira do município; -----

-- 4.2 - Protocolos para transferência de competências para as Juntas de Freguesia de Belmonte, Caria, Colmeal da Torre, Inguias e Maçainhas; -----

-- 4.3 - Apresentação, discussão e aprovação do novo Regimento da Assembleia Municipal;

-- 4.4 - Conselho Municipal de Segurança, nos termos da Lei nº 33/98, de 18 de Junho; ----

-- 4.5 - Fixação do valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 17º do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei nº 29/87, de 30 de Junho, alterada e republicada através do Anexo II da Lei nº 52-A/2005, de 10 de Outubro);

-- 5 - 2º Período de intervenção dos Senhores Munícipes. -----

-- **1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:** -----

-- **LEITURA E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2005.** -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria proceder à apreciação e votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 21 de Dezembro de 2005. -----

-- Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, com 18 votos a favor aprovar a acta, da sessão ordinária realizada em 21 de Dezembro de 2005. -----

-- Informou que naquele momento se registavam 18 presenças, registando-se a ausência do Senhor António Manuel Novais Teixeira e da Senhora Maria Manuela Martins Sampaio. ----

-- De seguida informou a Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida. Deu também conhecimento à Assembleia Municipal do ofício enviado pela Câmara Municipal relativamente à “Eleição dos Membros da Assembleia Municipal para fazer parte da Assembleia da CORMUBEIRAS”. ---

-- Em seguida propôs à votação, a inclusão na ordem do dia do ponto relativamente à “Eleição dos Membros da Assembleia Municipal para fazer parte da Assembleia da CORMUBEIRAS”. -----

-- Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria com 17 votos a favor e uma abstenção por parte da CDU, incluir o ponto supra citado na ordem do dia. -----

-Informou que o ponto em questão iria ser incluindo no período da ordem do dia, passando a ser o ponto 4.1., ficando a ordem de trabalhos com a seguinte ordem: -----

-- 1 - Aprovação da acta da sessão anterior; -----

-- 2 - 1º Período de intervenção dos senhores munícipes; -----

-- 3 - Período antes da ordem do dia; -----

-- 4 - Período da ordem do dia; -----

-- 4.1 – Eleição dos Membros da Assembleia Municipal para fazer parte da Assembleia da COMURBEIRAS. -----

-- 4.2 - Informações do Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira do município; -----

-- 4.3 – Protocolos para transferência de competências para as Juntas de Freguesia de Belmonte, Caria, Colmeal da Torre, Inguias e Maçainhas; -----

-- 4.4 – Apresentação, discussão e aprovação do novo Regimento da Assembleia Municipal;

-- 4.5 – Conselho Municipal de Segurança, nos termos da Lei nº 33/98, de 18 de Junho; ----

-- 4.6 – Fixação do valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 17º do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei nº 29/87, de 30 de Junho, alterada e republicada através do Anexo II da Lei nº 52-A/2005, de 10 de Outubro);-

-- Informou ainda que tinha sido criada uma página da Assembleia Municipal na Internet, sobre a qual fez uma breve introdução. -----

-- **2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:** -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção. -----

-- De seguida informou a Assembleia que naquele momento se registavam 19 presenças com chegada do Senhor António Manuel Novais Teixeira. -----

-- **3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia. -----

-- **A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU)** apresentou uma moção intitulada “O futuro do país exige uma escola pública de qualidade e para todos”: -----

-- “A Ministra da Educação afirmou recentemente que até ao fim da legislatura encerraria, no país, cerca de 4500 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. -----

-- O Director Regional da Educação do Centro tem uma proposta de encerramento de cerca de 3 centenas de Jardins-de-infância, na região centro. -----Esta semana, da responsabilidade do mesmo Director Regional, os órgãos de gestão das escolas receberam um documento contendo princípios, metodologias e calendário do designado “Movimento de Rede Escolar (MRE) 2006/07” onde se perspectiva uma profunda

reestruturação de toda a rede de estabelecimentos de educação e ensino, sob princípios que atentam contra a Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo. -----

-- Sabe-se que no concelho de Belmonte, a aplicação “cega” destas medidas implicaria no 1º Ciclo o encerramento de todas as escolas com excepção de Belmonte e uma em Caria e no Pré-Escolar restaria unicamente o jardim-de-infância da sede de concelho. -----

-- A reestruturação da rede, a concretizar-se desta forma, implicaria um profundo desrespeito pelos direitos das crianças, dos pais e também dos professores e seria um contributo decisivo para que, também no nosso concelho se acelerasse a “morte” de algumas aldeias. -----

-- Sendo verdade que o encerramento da única escola numa determinada freguesia, não é por si só responsável único pela sua desertificação, é inquestionável que contribui para o desaparecimento de um pólo cultural, que promove a saída dos casais jovens e dos seus filhos que procurarão outras regiões para viverem, que interrompem o diálogo intergeracional fundamental para manter a identidade cultural de um povo, que se perde um espaço de memória e de animação, fundamental para aumentar a auto-estima das populações. -----

-- O governo justifica o encerramento de escolas no 1º Ciclo com pressupostos «técnicos e pedagógicos». No entanto sabe-se que unicamente partiu de uma abordagem meramente estatística, fazendo o levantamento das escolas com menos de 20 alunos e depois a “régua e esquadro” desenhou um novo ordenamento da rede escolar, sem qualquer avaliação no terreno das consequências de tais decisões. -----

-- Centrar a decisão numa lógica de que o sucesso está nas grandes concentrações de alunos, ou de que uma escola com menos de 20 alunos leva obrigatoriamente ao insucesso é, no mínimo, revelador da falta de imaginação para justificar publicamente uma medida que tem a oposição da generalidade da comunidade educativa e que mobiliza contra si as populações. ---

-- Fecham-se as escolas e jardins-de-infância porque têm poucos alunos, fecham-se as urgências dos centros de saúde, porque são poucos os doentes que as utilizam, acabam-se com carreiras dos transportes públicos de passageiros porque não dão lucro, encerram-se os postos dos correios porque não são rentáveis. É a consagração da tese “se não existir nada, então justifica-se que nada exista”. -----

-- Estas medidas inserem-se na estratégia global deste governo de reduzir ao mínimo as responsabilidades do Estado nas suas funções sociais, deveres constitucionalmente consagrados desde Abril de 1976. -----

-- Não se nega a necessidade de se reestruturar e reordenar a rede escolar. Todavia não se pode aceitar que essa necessidade se transforme numa afronta ao direito constitucional de igualdade nas oportunidades no acesso à educação e ensino e ao sucesso escolar. -----

-- O Estado deve ter um papel regulador, mantendo a unidade do sistema sem procurar uniformizá-lo e, portanto, qualquer decisão que venha a ser tomada nesta matéria terá de ser o resultado de um debate democrático, envolvendo as autarquias e as populações, incluindo as comunidades educativas. -----

-- No plano autárquico os custos destas medidas são elevados, quer no plano económico, quer na gestão do território se se tiverem em conta as consequências da desertificação. O encerramento de escolas e jardins-de-infância, sem se atender às situações concretas, apenas conduzirá ao aumento das despesas, nomeadamente com os transportes escolares e até ao insucesso que se afirma querer combater. -----

-- A Assembleia Municipal de Belmonte, reunida a 24 de Fevereiro de 2006, reclama do governo que: -----

-- 1. Assuma a educação como um valor estratégico fundamental para o desenvolvimento do país e para o reforço da identidade nacional, com prioridade para um efectivo combate ao abandono e insucesso escolar e educativo e à exclusão social e escolar. -----

-- 2. Invista na rede pública cumprindo os preceitos da Constituição da República Portuguesa (artigo 75º, ponto 1) e da Lei de Bases do Sistema Educativo (artigo 40º, ponto 1) que obrigam o Estado a criar uma rede de estabelecimentos públicos que cubra as necessidades de toda a população. -----

-- 3. Promova a expansão do sistema público de educação pré-escolar, articulando-a com a rede escolar do primeiro ciclo. -----

-- 4. Reorganize a rede escolar do 1º ciclo do ensino básico obedecendo a um plano de emergência para recuperação do parque escolar, construindo novas escolas, permitindo acabar com os desdobramentos de horários e dotando-se com novos espaços, equipamentos e materiais adequados, na base de um programa específico de financiamento. -----

-- Belmonte, 24 de Fevereiro de 2006. “-----

-- **Senhor Deputado** António Luís Nave D` Elvas (PSD) no uso da palavra disse o seguinte: -----

-- “Os estudos conhecidos concluem que, na zona centro, vão encerrar cerca de 500 escolas do 1º ciclo do Ensino Básico. “ Apesar do anúncio de encerramento de 150 em 2006/2007, os estudos concluem, pelos dados recolhidos, que o número de escolas a encerrar atingira o meio milhar”. -----

-- Esta lista de escolas a encerrar no final do ano lectivo foi elaborada com confirmação do fecho junto de escolas, agrupamentos, conselhos executivos, coordenações educativas e autarquias. “Os dados sobre a rede escolar confirma que o Ministério da Educação aprovou o encerramento de cerca de 500 escolas na região centro. O levantamento, feito entre Dezembro e Janeiro, conclui que “das 2.321 escolas identificadas, 486 (20,9%) serão encerradas. Um número que atingirá o meio milhar quando os dados dos distritos de Coimbra e Aveiro estiverem completos”. -----

-- No distrito da Guarda, serão 132 as escolas a encerrar (41,5%), Viseu perderá 214 estabelecimentos (30,1%), Castelo Branco ficará com 154 escolas (fecham 19,4%) e Leiria com menos de (12,8%). Este encerramento sem regras, projectado para a poupança no imediato e sem avaliar as consequências para o futuro, atingirá milhares de crianças e famílias. -----

-- Numa projecção até final da legislatura, no Centro, 54,2% das escolas conta actualmente com menos de 20 alunos. São escolas que correm o risco de fechar se o Governo não alterar as suas intenções. Admitindo que a renovação do 1º ciclo do Ensino Básico passe pelo encerramento de escolas com frequência de alunos muito baixa, é necessário rejeitar liminarmente o processo administrativo que o Ministério da Educação tem em curso, de encerramento das escolas com menos de 20 alunos, antecipando graves consequências para as comunidades educativas e para o próprio desenvolvimento sustentável e equilibrado das regiões. -----

-- Afinal qual a solução para as escolas? -----

-- O tema encerramento de escolas do 1º ciclo está definitivamente na ordem do dia. -----

-- O assunto tem de ser tratado de forma diferente em face das realidades locais e não cegamente como o executivo pretende. Encerramentos das escolas de pequena dimensão em diálogo com os órgãos autárquicos. É aceitável o encerramento de escolas por motivos financeiros mas sobretudo e em primeiro lugar por motivos pedagógicos. -----

-- É de facto um demasiado importante e que por isso deve ser tratado, mas numa outra perspectiva. -----

-- Vamos esquecer o curto prazo e pensar a médio prazo. -----

-- Hoje Belmonte tem cerca de 310 alunos no 1º ciclo, 65 na rede pública de pré-escolar e cerca de 120 alunos na rede privada. -----

-- Quantos alunos teremos daqui a 6 ou 7 anos? -----

-- Portugal perdeu metade dos alunos do 1º ciclo em 15 anos. Pensando nesta realidade qual deve ser o papel do ministério e das autarquias em termos de planeamento a médio prazo? ----

-- Quantas escolas devem existir no concelho daqui a meia dúzia de anos? Onde devem estar situadas? -----

-- É esta a questão fundamental. Não é saber se fecha este ano ou para o próximo a escola X.

-- Não é inventar um aluno ou dois para que uma escola não encerre. É planificar, construir e discutir a carta concelhia.”-----

-- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Deputado Martins da Fonseca. -----

-- **O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) no uso da palavra disse o seguinte: --

-- “Estas duas intervenções que precederam, correspondem a verdadeiros anseios das comunidades, nomeadamente das mais afectadas por este problema que são os do nosso interior despovoado. Compete-me fazer ressaltar em primeiro lugar aquilo que eu penso que é a perspectiva do governo. Tem razão o governo quando pretende dar um ensino de qualidade à juventude deste país, e quando pretende fazê-lo da forma mais económica possível dentro desta filosofia política que estamos a ver, de ter a maior consciência possível da função social dos dinheiros que são postos à disposição do governo. Poder-se-ão questionar algumas opções de gastos, mas parece indiscutível que ao presente governo assiste sempre uma preocupação muito grande de com esses gastos conseguir o maior proveito possível. Neste sentido compreende-se que o governo pretenda encerrar escolas. Porque não são rentáveis economicamente e aquele panorama de uma professora «de xaile com uma braseira» e um aluno numa escola é altamente confrangedor, não pode aí haver condições de aprendizagem, é impossível ter material didáctico, disciplinaridade para que haja aproveitamento desse aluno, esse aluno está votado à ostracidade, nunca pode ter grande aproveitamento. Por outro lado subscrevemos a preocupação de ver as aldeias cada vez mais desertas, porque provavelmente os pais serão forçados a deslocar-se para meios onde os seus filhos tenham melhores condições para frequentarem as escolas. -----

-- Diz-se que as escolas irão fechar mas, por enquanto ainda não tive notícias de que fechassem, ouvi o governo, ouvi elementos do governo, mostrarem-se preocupados precisamente com esta dualidade de interesses e de ponto de vista. -----

-- Gostaríamos que nada se fizesse sem uma ampla participação das autarquias, e de outras associações de interesses culturais e pedagógicas, para que se concilia-se a vantagem de levar os alunos a uma escola eficaz e cómoda, com a desvantagem de com isso sujeitar a horários e percursos, isto só pode ser efectivamente decidido em conjunto com as autarquias e com as associações culturais e pedagógicas locais. -----

-- É necessário encontrarem-se esses caminhos e convidar o governo a que assim proceda, mas não fazer despesas cegas em manter escolas que não são boas para ninguém. Não se pode falar em planos de emergência para a recuperação de escolas sem termos ideias bem definidas, de quanto temos e do que pretendemos fazer com o que temos. -----

-- É esta a minha posição individual que creio que reflectira o sentimento dos meus colegas de bancada”. -----

-- **A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) esclareceu que na sua intervenção, quando disse que não se deveria encerrar nenhuma escola sem se fazer um estudo profundo da situação, não quis com isso dizer que não deveria ser encerrada nenhuma escola, porque existem escolas que derivado á frequência de alunos e à própria situação da escola terão que

provavelmente encerrar. Mas ao deslocar estas crianças para outras escolas é necessário ter em conta para onde vão e em que condições irão ser instaladas, nomeadamente como irá ser a alimentação e os transportes etc. -----

-- Mas se fecharem todas as escolas do concelho com menos de 20 alunos quais são as que ficam, o pretendem fazer, e como, para onde vão essas crianças, em que condições, são estas as questões que terão de ser esclarecidas. -----

-- **O Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves** Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre (PSD) apresentou uma moção: -----

-- “Considerando: A importância da educação pré-escolar como factor determinante na formação da personalidade e no desenvolvimento progressivo de todas as capacidades cognitivas e afectivas das crianças. -----

-- A importância e o significado do ambiente familiar próximo da criança no seu bem-estar.

-- A necessidade de manter desde sempre as crianças no seu meio social também como factor de sustentabilidade das pequenas comunidades onde se inserem, contribuindo, assim, para minimizar os efeitos da progressiva desertificação das nossas aldeias. -----

-- Os riscos e os perigos acrescidos para as crianças sujeitas a eventuais deslocações viárias.

-- Considerando, ainda, que o bem-estar e desenvolvimento das crianças não pode ser aferido por quaisquer critérios contabilísticos. -----

-- A Assembleia Municipal de Belmonte, reunida em 24 de Fevereiro deliberou, apresentar a todas as entidades competentes nesta matéria, a sua frontal oposição a todas e quaisquer medidas que coloquem em causa o normal funcionamento das actividades de formação do ensino pré-escolar e 1º ciclo nas freguesias do Concelho de Belmonte.” -----

-- **O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) relativamente às moções apresentadas pelo PSD disse o seguinte: -----

-- “Estas moções quanto a mim são algo perversas, perversas no bom sentido, isto é, em sentido muito frouxo. Todos nós comungamos das mesmas preocupações, estamos todos de acordo, mas, quando se trata de redigir a moção ela é tendenciosa, quer uma quer a outra. A segunda por exemplo tem um sublinhado extraordinário que é a nossa oposição o que é uma coisa extremamente vaga, porque é óbvio que não há medida nenhuma por mais singela que seja que não tenha que por em causa alguns interesses, que não tenham que exigir alguns sacrifícios a alguém, aqui o que se trata é de conciliar os meios com os imperativos com as necessidades”. -----

-- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D’Elvas (PSD) no seguimento da intervenção do Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse que, as palavras frouxas e perversas são efectivamente deselegantes para quem apresenta uma moção com o direito que o tem de o fazer. -----

-- **O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) solicitou à mesa a defesa da honra, relativamente aos comentários feitos pelo Senhor Deputado António Luís Nave D’Elvas, e que começou por dizer o seguinte: -----

-- “Em primeiro lugar, deselegante é quem evoca deselegâncias, quando se exprime uma ideia contrária. Em segundo lugar, extremamente deselegante é tentar fazer redacções capciosas para aproveitar anseios legítimos no sentido de induzir falsamente. E em terceiro lugar, falta de elegância, é pretender que as pessoas votem sem se poderem esclarecer sobre aquilo que votam. Nesse sentido não poderei votar favoravelmente as moções apresentadas.”-----

-- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D’Elvas (PSD) solicitou à mesa a defesa da honra, e começou por dizer o seguinte: -----

-- “Em questões de elegância e deselegância cada um tomara a que quer «como a água benta», cada um utiliza-a como quer para proveito seu e de quem bem entende. O direito democrático é conferido pelo voto popular, pelo que estamos aqui para apresentar as nossas

ideias de uma maneira aberta, e pondo-as à consideração de todas as bancadas e do público presente. Dizer que isto é vir «falsamente induzir», isto é uma afronta que o Senhor Deputado faz à bancada do PSD, que espero que se retrate, porque o Senhor Deputado para além de deselegante, agora foi mal-educado.”-----

-- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Robalo Amaro. -----

-- **O Senhor Deputado** Joaquim Robalo Amaro (PS) na sua intervenção disse o seguinte: --

-- “Relativamente ao encerramento de escolas na região centro, é evidente que todos estamos muito preocupados e eu como agente do ensino estou altamente preocupado, não a nível da região centro, mas a nível do país, mas neste momento estou mais preocupado com o possível encerramento de escolas e jardins-de-infância no concelho de Belmonte. Segundo o Jornal de Notícias da Covilhã desta semana de 23 de Fevereiro, que possivelmente cinco jardins-de-infância poderão encerrar, no concelho de Belmonte, isto preocupa-me muito mais, do que o encerramento regional, distrital ou nacional. Penso que devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que isto não aconteça tanto a nível de escolas do 1º ciclo como a nível de jardins-de-infância, pelo que, quanto sei do 1º ciclo a única que está em vias de encerrar é de Belmonte – Gare. -----

-- Devo também recordar, que segundo este jornal, há uma grande oposição de um elemento da vereação desta autarquia que é o Senhor Doutor Germano, que se manifestou totalmente em desacordo com o encerramento das escolas, e que inclusivamente disse o seguinte, e passo a citar «com esta forma de trabalhar, o actual governo não merece continuar o seu trabalho», também o Senhor Presidente desta Câmara disse, e passo a citar «defendo que este tipo medidas não devem ser tomadas a régua e esquadro antes necessitam de uma análise mais profunda». -----

-- Em relação ao encerramento de escolas do 1º ciclo e pré-escolar do concelho de Belmonte, não há ninguém, mais do que nós, os agentes de ensino que estejamos contra o encerramento das escolas, tanto a nível concelhio como a nível distrital e nacional, tudo mais que se possa dizer é pura propaganda. -----

-- Após uma leitura na imprensa regional houve algumas notícias que me despertaram a atenção umas pelo lado positivo, outras pelo lado negativo, pelo lado negativo verifiquei que as estações da CP estão num estado altamente degradado, é triste ver o estado em que estas instalações se encontram. Mas como nem tudo é mau fiquei bastante satisfeito ao ler que segundo um relatório do IRAR, a água para consumo humano que abastece a população do concelho de Belmonte é uma das com melhor qualidade do Distrito de Castelo Branco. -----
Relativamente a uma outra notícia que me despertou a atenção é o diferendo entre a Câmara Municipal de Belmonte e a do Sabugal, no que concerne à situação da população de Trigais e gostaria que o Senhor Presidente da Câmara esclarece-se se está a ser feito tudo dentro das medidas dos possíveis para resolver aquela situação.” -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar à votação da moção apresentada pela CDU. Tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria aprovar a mesma com 8 votos a favor, 4 votos contra e 7 abstenções. -----

-- Moção apresentada pelo PSD, a Assembleia Municipal de Belmonte deliberou por maioria aprovar a moção com 8 votos a favor, 3 votos contra e 8 abstenções. -----

-- **O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) apresentou declaração de voto: -----

-- “Votei contra as duas moções, porque em meu modesto entender e porque respeito, debrucei-me sobre o respectivo conteúdo e vejo que os considerandos merecendo a minha idêntica preocupação, não são traduzidos depois no texto das moções, que vão mais além, e em meu entender com um aproveitamento político não consentâneo com a gravidade e a seriedade do problema da educação. -----

-- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias. -----

-- **O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse o seguinte: -----

-- “Temos vindo a ter conhecimento através da Comunicação Social que é intenção do Governo do Partido Socialista, abolir Freguesias com menos de mil eleitores. -----

-- Tendo em conta a desertificação dos meios rurais a que temos vindo a assistir, haverá certamente muitas freguesias, que com esta medida serão extintas, o que constituirá mais um forte impulso conducente ao abandono dos meios rurais. -----

-- Considerando que no nosso Concelho temos três freguesias com menos de mil eleitores e até com menos de mil habitantes, pergunto ao Exmo. Senhor Presidente se já foi efectuado algum estudo no sentido de evitar que algumas destas nossas freguesias possam ultrapassar o problema da extinção. -----

-- Lembro que a Freguesia do Colmeal da Torre com 894 habitantes, poderia possivelmente ultrapassar este obstáculo, se fosse anexada ao Colmeal da Torre a Gaia. -----

-- Também a Freguesia de Inguias com 846 habitantes estaria em condições de ultrapassar esta situação se em devido tempo tivesse sido resolvido o diferendo existente com o Sabugal no que se refere à população de Trigais, que poderia obviamente ser uma anexa das Inguias.

-- Solicito ao Senhor Presidente, que no sentido de defender os interesses das populações e obviamente do Concelho, proceda à análise e estudo das propostas que aqui deixamos. -----

-- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) apresentou uma moção: -----

-- Moção: “ Considerando: -----

-- Que Portugal é um estado de direito democrático que respeita a vontade dos seus cidadãos; -----

-- Que existe um diferendo quanto aos limites do Concelho de Belmonte na parte em que confina com o Concelho do Sabugal; -----

-- Que tal dúvida implica a integração da localidade de Trigais num destes concelhos; -----

-- Que os habitantes da localidade de Trigais se sentem ligados ao Concelho de Belmonte, por laços de proximidade, afectivos e de trabalho; -----

-- Que o Município de Belmonte tem realizado ao longo dos anos investimentos de melhoria das condições de vidas dessa população; -----

-- Que a vontade da população é soberana em relação à ligação administrativa que melhor servirá os seus interesses; -----

-- A Assembleia Municipal de Belmonte vem exigir aos órgãos tutelares que a delimitação definitiva dos referidos concelhos e a integração da localidade de Trigais se faça promovendo em referendo local.” -----

-- **O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) relativamente à moção apresentada coube dizer lhe o seguinte: -----

-- “Nós em principio iremos votar favoravelmente o referendo proposto, embora tenhamos consciência que isto não resolve problema nenhum, necessitamos de uma autêntica reforma administrativa territorial, também temos que nos preocupar com a rentabilidade destes «mini reinos», isto relativamente às tarefas dos serviços públicos e a sua repartição pelo território, tudo isso tem que ser pensado. Nós vemos concelhos com demasiado pouca gente para tanta função e temos a noção que essas funções seriam melhor desempenhadas com as mesmas pessoas para mais população, todos nós temos essa noção, é uma tarefa difícil. Este governo parece empenhado nisso e então dá quase para dizer, extingue – se tanta freguesia e parece que são só 3 ou 4 nas cidades grandes, reorganizando o poder e as funções da cidade grande. Enquanto assim acho que há uma certa razão, todas estas medidas tem o seu se não, até em termos de concelhos. -----

-- O concelho de Belmonte é fundamental na questão de ordenamento desta parte da Cova da Beira, o anseio é que este concelho aumente mas não é só o problema dos Trigais que vai

resolver isso. Os concelhos podem aumentar doutra maneira tornando-se pólos de atracção as respectivas sedes porque o resto vem por acréscimo. Quando falava que gostava de ver Belmonte com as ruas cheias de gente, referia-me também às vizinhanças do concelho, às pessoas da Bendada de Vale Formoso, que achassem aqui em Belmonte é que mais comodamente eram servidos e conseguiam ser servidos. -----

-- Sem prejuízo de votarmos a favor do respeito pela população dos Trigais permita-me que chame a vossa atenção para que reflectamos, porque o problema é muito maior e que qualquer dia nos cai em cima se andarmos preocupados só com o nosso quintal, e se não tivermos uma perspectiva de futuro e de razoabilidade. -----

-- **O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) interveio dizendo o seguinte: -

-- “Congratulo-me com aquilo que disse o Senhor Deputado José Martins da Fonseca porque parece que teve em conta aquilo que eu disse aqui nesta assembleia aquando da discussão do Plano de Actividades e Orçamento, em que defendi que realmente Belmonte tem potencialidades para se desenvolver, e para que as pessoas possam circular nesta vila e neste concelho. Relembro aqui algumas das propostas que fiz, nomeadamente a criação de um parque habitacional condigno capaz de cativar as pessoas a virem a viverem em Belmonte, uma vez que estamos perto de Castelo Branco, perto da Guarda da Covilhã, de Vilar Formoso, perto de Aveiro, perto do Porto, perto de tudo, e foi nesse sentido que eu defendi nesse plano de actividades essas linhas estratégicas essa minha perspectiva. Portanto penso que estamos em consonância e esta minha intervenção prendeu-se tão só com a finalidade de não deixar extinguir duas freguesias num concelho só com cinco freguesias. ---

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar à votação da moção. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, com 16 votos a favor e 3 abstenções aprovar a moção apresentada. -----

-- **O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) apresentou um pedido de esclarecimentos: -----

-- “Tem sido preocupação desta Câmara o apoio a todas as Associações deste Concelho, quer sejam recreativas, de lazer, desportivas, culturais, religiosas, humanitárias ou outras. ---

-- Não discordamos do apoio financeiro efectivamente prestado às Associações, em função do seu plano de Actividades e após apresentação da conta de gerência, devidamente aprovada em Assembleia-geral, como aliás temos vindo a defender nesta Assembleia Municipal. -----

-- Deverá no entanto a cada uma ser distribuído de acordo com as actividades desenvolvidas em benefício da população, dos fins a que se dedicam e do benefício daí resultante. -----

-- Relativamente ao desporto Futebol, sabemos que é atribuído um subsídio em função do número de praticantes inscritos na respectiva Federação. -----

-- Tendo em conta que o desporto não é só Futebol, solicito a V. Exa. Se digne informar se:

-- Esta Câmara tem conhecimento de outros praticantes federados existentes no Concelho.

-- Se a esses atletas é concedido o mesmo subsídio que é concedido aos praticantes de Futebol. -----

-- No caso de existirem ou surgirem no Concelho associações que promovam ou venham a promover outro desporto federado, se estará esta Câmara na disposição de conceder o respectivo subsídio em função do número de praticantes inscritos na respectiva Federação.”

-- Disse ainda o seguinte: -----

-- “Desde há muito que me surpreende o ordenamento do trânsito nos dias de Feira e Mercado e já por algumas vezes nesta Assembleia lembrei o perigo que correm em termos de doença súbita ou de incêndio os habitantes de algumas zonas da Vila, face à dificuldade de acesso resultante das implicações causadas pelos senhores feirantes. -----

-- Ultimamente, não sei qual a intenção nem de quem partiu a «brilhante» ideia, procede-se à interdição do trânsito na Rua Pedro Álvares Cabral. -----

-- Logo à entrada, frente ao Banco Totta é colocada uma placa de sentido obrigatório em direcção ao Castelo. Aí chegados, não dispomos de qualquer sinalização do trajecto a seguir. Se eventualmente voltamos à direita junto à sede da Banda de Musica, iremos deparar-nos com outro sinal na Rua Pedro Álvares Cabral de sentido proibido. -----

-- Se seguimos em frente, passaremos frente à Igreja Matriz em direcção ao cruzamento junto à Moreira, mas aí o trânsito está cortado pelas tendas dos feirantes. Igualmente está cortado pela mesma razão no largo Catarina Eufémia. -----

-- A alternativa é retroceder pela mesma via e tentar a Rua Direita, mas também aí o trânsito é impraticável devido ao estacionamento, tendas e obras. -----

-- Será que ninguém vê que tudo isto está mal? -----

-- Será que ninguém vê que não se transita em Belmonte e que tudo fica parado? -----

-- Mesmo nós que aqui residimos temos dificuldades em transitar na Vila. Que impressão terão as pessoas que nos visitam? -----

-- Salvo melhor opinião, a rua Pedro Álvares Cabral, deverá estar aberta ao trânsito, deslocando-se os feirantes para outros locais, pelo menos até que esta Câmara construa o tão prometido d há muito reclamado «Parque de Feiras». -----

-- Perante o exposto, tem esta minha intervenção sentido regimental de «recomendação», na certeza de que V. Exa. Senhor Presidente a levará em conta.” -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas. -----

--

--**O Senhor Carlos Manuel Teixeira Amaro** Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas (PS) disse o seguinte: -----

-- A minha abstenção relativamente à moção apresentada anteriormente, prende-se com o facto de não estar ninguém presente nesta Assembleia que represente a população de Trigais, o que por sua vez ninguém sabe qual é a preferência destas pessoas, se pertencer ao Concelho de Belmonte ou ao do Sabugal. -----

-- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse que: -----

-- “Concordo com o que foi dito, e foi minha intenção espelhar esse sentimento tanto quanto possível na moção, e a única coisa que se pretende é respeitar a vontade das pessoas dos Trigais, e é óbvio que quis dizer que o referendo deverá ser feito nos trigais e não nesta assembleia.” -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos e pólo à discussão. -----

-- **4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-- **4.1 – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA FAZER PARTE DA ASSEMBLEIA DA COMURBEIRAS.** -----

-- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse que iria intervir sobre esta matéria para dar uma explicação muito breve, dado que o Senhor Presidente da Assembleia lhe solicitou esse esclarecimento uma vez que já participou no mesmo processo no mandato anterior, e disse o seguinte: -----

-- “A questão das comunidades é discutível, se elas são úteis ou não é uma questão bastante discutível uns são a favor outros não, mas é uma realidade legislativa em vigor até que seja anulada ela mantém-se em vigor, as comunidades existem foram formadas por livre associação de municípios. Esta comunidade urbana a que pertencemos é composta por dois órgãos, um é o órgão executivo do qual fazem parte os Senhores Presidentes de Câmara e outro órgão deliberativo que é uma Assembleia da Comunidade onde fazem parte elementos eleitos de todas as assembleias municipais dos municípios integrantes. -----

-- Esta é a segunda eleição para essa assembleia, que compete aos membros das assembleias municipais aderentes, e é a segunda porque há uma primeira que não chegou a tomar posse que ficou sem efeito. -----

-- O que se tinha acordado na anterior eleição por consenso mantém-se para esta, é sugerido ao município e a Assembleia Municipal de Belmonte que na razão da proporção dos elementos indique três elementos efectivos e três suplentes para que possam ser substituídos nos termos da lei por ordem de eleição, para integrarem a assembleia da comunidade urbana das beiras. O que entendemos por consenso naquela altura foi que o primeiro candidato seria o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Belmonte, que depois na proporção e na razão dos eleitos desta assembleia faríamos um acordo em que o PS indicaria dois elementos e o PSD indicaria um elemento, na mesma razão de proporção para os membros suplentes dessa lista. São listas livres em podem nesta assembleia haver mais de que uma lista. Trata-se de uma lista de cavalheiros para representar Belmonte nesta comunidade, pelo que o PSD esta inteiramente de acordo com a lista apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Belmonte. -----

-- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou a apresentar a lista: -----

-- Como efectivos: Manuel Tomás Geraldes; António Luís Nave D'Elvas e Alfredo Guerra Martins. -----

-- Como Suplentes: Acácio Bernardo Nunes Dias; Catarina Alexandra Teixeira Mendes e António Manuel Evaristo Duarte. -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar à votação da lista. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a lista apresentada com 18 votos a favor, 1 voto contra da CDU. -----

-- **A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) apresentou declaração de voto: --

-- Declaração de voto: "Votei contra, porque este processo contraria o espírito e a letra da lei, por isso votamos contra este bloco central que aqui foi formado. -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. --

-- **4.2 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:** -----

-- **O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) apresentou um pedido esclarecimento: -----

-- "Analisei com algum pormenor a informação do Exmo. Presidente da Câmara sobre a situação financeira do Município. -----

-- Do respectivo mapa, conta um valor global de despesas correntes mais despesas de capital no montante de 2 619 542,39 euros. -----

-- Deste montante foram pagos 611 267,02 euros faltando pagar 2 008 275,37 euros. -----

-- As Participações de Fundos Estruturais, Comunitários e Contratos Programa já contratados, conseqüentemente, já se encontram incluídos nos valores comprometidos e constantes do mapa da situação financeira. -----

-- Estas participações a receber ascendem a 3 227 288,00 euros. -----

-- Sendo que os valores a pagar, conforme mapa, são de 2 008 275,37 euros e os valores a receber 3 227 288,00 euros há uma diferença de 1 219 012,63 euros. -----

-- Perante o que nos é apresentado, a Câmara disporá, após recebimento de todos os valores participados de uma disponibilidade de 1 219 012,63 euros. -----

-- Neste contexto, não deverá a gestão do Município aguardar pelo recebimento dos respectivos valores, mas procurar investir de imediato os fundos que a breve prazo estarão libertos. -----

-- Perante a situação solícito ao Exmo. Executivo se digne informar esta Assembleia, qual a estratégia futura de investimento, face a esta disponibilidade financeira da Câmara. -----

-- **A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU)** relativamente ao ponto em debate disse o seguinte: -----

-- “Tenho algumas questões a colocar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente no que concerne à Estação de Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos, se já está pronto, porque continua inactivo? Como irá funcionar, e relativamente aos eco pontos mantém-se os que já existem ou vão ser colocados mais, porque parece haver a necessidade de mais. -----

-- Relativamente às piscinas de Belmonte, o que se passa? Uma vez que estas encontram-se cobertas e não estão a funcionar? Qual é o problema? -----

-- No que concerne ao Lar de Caria o que se está a passar uma vez que as obras estão paradas de quem é a responsabilidade? -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por responder às questões que lhe foram colocadas no período da ordem do dia. -----

-- “Relativamente à situação das Estações da CP, esclareceu que foi contactado há já algum tempo atrás o organismo que faz a gestão destes equipamentos, tendo sido enviada por parte da autarquia uma proposta para conservação e manutenção dos edifícios e conseqüente uso, até ao tempo que fosse acordado. -----

-- Em resposta, apenas conseguimos que nos fosse arrendado um dos pavilhões, não estando a CP receptiva à cedência daqueles. Resta a esperança que com a requalificação da Linha da Beira Baixa e sua electrificação, se possa chegar a algum acordo, pelo que teremos que aguardar. -----

-- Relativamente ao problema dos Trigais disse que é comumente sabido que não é um assunto novo, a autarquia foi contactada por uma associação local, com a qual houve uma reunião, tendo esta ficado encarregue de fazer um levantamento sobre qual seria a opção estratégica que as pessoas defendiam, o até ao momento ainda não tivemos qualquer feedback dessa abordagem. Continuou dizendo que aquando do recenseamento foi feito um acordo de cavalheiros com a Câmara do Sabugal no sentido de não obstruir esse trabalho, em que uma parte seria recenseada no Concelho de Belmonte e outra no Concelho do Sabugal. Disse também que foram já feitos também alguns contactos com actual Senhor Presidente da Câmara do Sabugal, no sentido de se abordar a situação de uma forma mais objectiva de forma a gerir esta questão. -----

-- Relativamente ao pedido de esclarecimentos colocados pelo Senhor Deputado Acácio Dias cabe-me dizer-lhe que, esta autarquia tem como princípio apoiar todas as associações que estejam federadas, independentemente da modalidade que pratiquem. -----

-- Em relação aos mercados, disse que é verdade que os mercados, cada vez mais, ocupam espaço de circulação, levando a algumas atitudes de abuso em que ocupam os espaços que estão para além daquele que é atribuído a cada feirante, situação que irá ser alterada e merecerá redobrada atenção por parte da fiscalização. -----

-- Relativamente à sinalética disse que esta é colocada pelas pessoas que acompanham a gestão dos mercados, e é baseada num levantamento por forma de criar alternativas ao tráfego na Rua Pedro Álvares Cabral. -----

-- De seguida respondeu às questões colocadas pela Senhora Deputada Ilda Barroso dizendo que: “Relativamente ao eco centro e aos eco pontos estes são geridos pela empresa das Águas do Zêzere e Côa. O eco centro está de facto pronto e pelo que foi dito pela empresa responsável pela sua gestão a sua abertura estará prevista para breve, facto que se prende apenas com a elaboração do regulamento para gestão daquele espaço. -----

-- No que concerne às piscinas de Belmonte, disse que estavam numa faz de avaliação de custos, e que tinham concluído na última utilização que a piscina coberta e aquecida tinha

custos incomportáveis para a autarquia, pelo uso que tinha. Que já tinha sido contactada a empresa que instalou a cobertura no sentido de requalificar algum equipamento de forma a baixar os custos, par uns custos de utilização aceitáveis. -----

-- Em relação ao lar de Caria informou que a construção deste é da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, apenas a Câmara Municipal disponibilizou o terreno, pelo que não tem qualquer justificação pelo facto daquela obra estar parada. -----

-- **O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse que: -----

-- “Relativamente ao trânsito parece-me que estamos em consonância e se houver algum cuidado com a colocação das espigas pelo menos nos dias de mercado parece-me desnecessário a colocação dos sinais de trânsito na Rua Pedro Álvares Cabral. -----

Relativamente à recolha do lixo, queria pedir ao Senhor Presidente que a recolha de trastes ao domicílio que a câmara faz, fosse mais divulgada para que as pessoas deixassem de colocá-los na via pública ou noutro lugar qualquer, menos apropriado. -----

-- **A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) disse que era de todo o interesse para as populações e para a autarquia que fosse feita uma campanha de sensibilização para sensibilizar a separar os seus resíduos domésticos. Para isso deveria ser entregues eco pontos individuais, porta a porta e posteriormente recolhidos, num dia específico da semana.

-- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu ainda que relativamente à situação financeira do município que: “Os valores retratados são valores a receber que tem a ver com os contratos programas a que se candidataram para obras que estão em execução e para outras que iram ser iniciadas, embora a despesa não esteja feita, mas, estão protocolados para o efeito. Bem como os valores comprometidos dizem respeito a valores imputados a obras que ainda não estão adjudicadas, mas estão destinados para investimentos que irão ser feitos. -----

-- **O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse que: -----

-- “Compreendo a sua informação, mas, se são efectivamente valores a receber tem que ser de obras já adjudicadas ou comprometidas, ou então para melhor clarificação deste mapa poderia haver, eventualmente uma coluna onde constassem aquela despesa que irá ser comprometida mas cujo o valor irá cobrir essa despesa. Porque se não, dá a sensação que haverá uma disponibilidade financeira da câmara cerca de 1.000.220 mil euros.” -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. –

-- **4.3 – PROTOCOLOS PARA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DE BELMONTE, CARIA, COLMEAL DA TORRE, INGUIAS E MAÇAINHAS:** -----

-- **O Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves** Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre (PSD) disse o seguinte: -----

-- “Sobre este assunto, na minha opinião, deveria haver mais competências para as Juntas de Freguesia. Que pequenas obras entre 15 a 20 mil euros poderia ser realizadas pelas Juntas de Freguesia, sob a apresentação de dois ou três orçamentos à Câmara Municipal, que posteriormente seriam analisados e comparticipados por esta, dando mais autonomia às Juntas de Freguesia e que por sua vez essas obras seriam muito mais bem acompanhadas pelas Juntas de Freguesia. -----

-- **A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) disse o seguinte: -----

-- “Achamos positivo a transferência de competências para as Juntas de Freguesia quando acompanhadas dos devidos meios financeiros, estas transferências pecam por pouco, mas pelo que votaremos favoravelmente. Verificamos que não estão mencionadas as piscinas, de Caria e Belmonte, pergunto se há um protocolo à parte? -----

-- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse que: -----

-- “Reafirmo a nossa disponibilidade e vontade para que estes protocolos sejam mais alargados, no entanto dado que são benefícios para as freguesias, o PSD votara favoravelmente. -----

-- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que: -----

-- “Relativamente à questão abordada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre, é de facto muito pertinente, mas confrontamo-nos com um problema, as Juntas de Freguesia estão obrigadas aos mesmos procedimentos que as Câmaras no que diz respeito à elaboração dos concursos de obras, independentemente do seu valor, tendo-se constatado que poderia haver alguma dificuldade por parte das Juntas de Freguesia na elaboração destes procedimentos, face à complexidade administrativa e à necessária fiscalização por parte dos serviços técnicos competentes, pelo que se achou melhor não transferir para as juntas essas competências, para evitar uma sobrecarga a nível de custos que estão inerentes a estes procedimentos.” -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar os Protocolos Para Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia com 18 votos a favor e 1 abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos: -----

4.4 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO NOVO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

O Senhor Presidente da Assembleia começou por fazer uma pequena introdução ao ponto em discussão, dizendo o seguinte: -----

-- “Como bem se lembram na última Assembleia Municipal, foi decidido que o grupo de trabalho seria constituído pelos membros da mesa e por um representante de cada partido. Assim, o grupo de trabalho ficou constituído pelos membros da mesa da assembleia e pelos Senhores Deputados António Luís Nave D’Elvas, a Senhora Deputada Catarina Alexandra Teixeira Mendes e em substituição da Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal a Senhora Maria Dulce Ribeiro Pinheiro. Foram feitas três reuniões, das quais resultou o documento que ora vai ser apresentado à Assembleia Municipal, que consta da vossa documentação que hoje irá ser discutido e aprovado.” -----

-- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D’Elvas (PSD) disse o seguinte: -----

-- “Sobre o assunto em análise, penso que é um Regimento equilibrado que decorre na sua grande maioria da lei, esta estipula muitos destes artigos aqui transcritos aos não poderíamos fugir, nos que a lei não enuncia taxativamente fomos acordando artigo, a artigo os pontos de visão que tínhamos na altura. -----

-- Como se trata do regimento da assembleia, e do andamento normal dos trabalhos, muito do que se passa nesta assembleia ultrapassa por vezes o que é o regimento, o que são as figuras regimentais nele postas que deveriam fazer fé no comportamento dos deputados municipais nesta assembleia. -----

-- Acredito que não é fácil gerir uma assembleia municipal onde por vezes os ânimos se exaltam, onde os pontos de vista são naturalmente diferentes e porque foi também essa a essência de apresentação de cada uma das forças partidárias a sufrágio, defendendo naturalmente pontos de vista diferentes, sabendo que o objectivo é o bem da população, mas com pontos de vista e estratégia diferentes, se não faria sentido haver diferentes forças partidárias com diferentes listas concorrentes às eleições. Muito do que se passará nesta assembleia a partir da aprovação deste regimento, resultará também do bom senso de cada um de nós em termos individuais e colectivos no sentido do agrupamento das forças partidárias que representam. ---

-- Serve esta minha intervenção para desejar que esse bom senso impere no andamento dos trabalhos.” -----

-- **A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) sobre o regimento disse o seguinte: -----

-- “Que o regimento deve ser do conhecimento público e o mais divulgado possível, designadamente os direitos que assistem aos cidadãos. Propomos a inclusão do Regimento Municipal na página da Assembleia na Internet. Pelo que votamos favoravelmente o regimento. -----

-- **O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) disse o seguinte: -----

-- “Relativamente a este regimento apraze-me felicitar a comissão que o elaborou, nota-se um trabalho de ordem que traduz obviamente em clareza e que é de todo conveniente. Mas há um aspecto, que desejaria frisar, este regimento é bastante generoso no que diz respeito aos tempos previstos para intervenção dos munícipes, e a esse pretexto, felicito esta assembleia pela exemplar assistência, comparando com as outras, que hoje têm a afluência de munícipes foi muito maior do que é costume, e isso é um bom sinal que nós gostaríamos de potenciar. ---

-- A Senhora Deputada Ilda e muito bem frisou a necessidade da sua publicação no site da Internet. Já tivemos a oportunidade de ver esse site quando andávamos por mero acaso à procura de notícias da Câmara Municipal, e foi com regozijo que podemos já ver algumas coisas nesse site sobre a Assembleia Municipal. Creio que é anseio de nós todos que a informação da Câmara fosse mais generosa e completa. Tenho que reconhecer que há uma carência enorme de informação, tenho-me referido ao de leve a este aspecto. Para mim a comunicação é a base de toda a cidadania e refiro-me à comunicação física, a abertura de vias que permitam os acessos, mas fundamentalmente a informação que permita o acesso à cultura e à cidadania. Faço aqui um apelo explícito e forte ao Senhor Presidente para que na medida em que lhe seja possível, faça com que as actas das reuniões de câmara figurem no site desta, com a maior prontidão possível, para que até nos, os deputados possamos ter acesso a essa informação. -----

-- A Assembleia Municipal é dos munícipes que têm legado nos seus representantes, mas é neles que reside o poder municipal e se eles não o traduzirem para a Assembleia Municipal não conseguimos que o poder municipal se faça de uma forma não perversa, é isto a democracia. Folgo com a preocupação que houve no elaborar do regimento, folgo com a divulgação que se lhe pretende dar e gostaríamos que esse espírito animasse todos este município. -----

-- **O Senhor Deputado** António Pinto Serra (PSD) na sua intervenção disse o seguinte: ----

-- “Queria levantar uma dúvida quanto há composição da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 14.º e 15.º do Código do Procedimento Administrativo que a mesa é composta por um presidente um secretário e dois vogais, pelo que deixo esta dúvida à consideração da mesa e da assembleia.” -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu o Senhor Deputado dizendo o seguinte: “Consultámos muitos outros regimentos e a própria lei, e nessa consulta nunca encontramos que a mesa fosse constituída por vogais, mas sim, pelo presidente da mesa, o 1º secretário e o 2º secretário. De seguida alertou os Senhores Deputados para algumas correcções que seriam necessárias fazer e pelo que se iria submeter o documento a aprovação com as alterações necessárias. -----

Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal. -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se iria passar ao ponto seguinte: -----

-- 4.5 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, NOS TERMOS DA LEI Nº 33/98, DE 18 DE JUNHO: -----

-- O Senhor Deputado Alfredo Guerra Martins na sua intervenção propôs que: -----

-- Fosse incluído no artigo 4.º “composição” do documento do Conselho Municipal de Segurança, um representante da Associação de Pais, um representante da Associação de Estudantes e um representante da Associação dos Professores. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia propôs também que fosse também incluído no artigo “composição” fosse incluída a Comissão Fabriqueira da Igreja de Caria como IPSS. –

-- O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) relativamente ao documento em discussão disse o seguinte: -----

-- “Como democrata que sou, partidário do estado de direito, e vejo sempre com alguma preocupação demasiado relevo que se dá a determinadas figuras, pessoas colectivas mas que são absolutamente alheias à nossa ordem jurídica e aos nossos tribunais. Estou a falar explicitamente de misericórdias e comissões fabriqueiras. Como é do conhecimento de vossas excelências tudo quanto se passe nessas pessoas colectivas tem que ser julgado e Tribunal Eclesiástico, e o Tribunal Eclesiástico tem um juiz que é nomeado pelo Senhor Bispo, os advogados só podem intervir no Tribunal Eclesiástico os que são aprovados numa lista pelo Senhor Bispo, proferida a sentença pelo juiz que o Senhor Bispo nomeou, a sentença vai ao Senhor Bispo no prazo de um mês que é livre de a alterar. Em termos isentos isto é um pequeno «cancro» na ordem jurídica nacional, por mais respeito te tenhamos pela grande religião onde nos todos bebemos os nossos princípios essenciais. Aqui nesta assembleia ouço demasiado falar na misericórdia, é preciso que os poderes políticos deste concelho saibam desempenhar o seu papel, e não claudiquem das obrigações que têm, entregando-as a entidades que podem ser incontroláveis.” -----

-- O Senhor Deputado António Luís Nave D’Elvas (PSD) no seguimento da anterior intervenção disse o seguinte: -----

-- “Não sou advogado de profissão, não tenho esse dom, das leis, que sei pouco, mas há coisas que são do senso comum e que não podem na minha opinião estar verdadeiramente correctas. O facto de haver um tribunal eclesiástico não significa que a lei jurídica não incida sobre qualquer outra instituição deste país, independentemente internamente terem uma ordem jurídica própria, mas a ordem jurídica nacional incide sobre todas as organizações inclusive sobre as misericórdias. Impele-me também aqui alguma defesa quanto irmão da Santa Casa da Misericórdia dizendo que, efectivamente que a Santa Casa da Misericórdia de Belmonte não foi assim falada tantas vezes, conforme o Senhor Deputado Martins da Fonseca diz, não me recordo de nesta legislatura ter falado na Santa Casa da Misericórdia ou se foi, peço a minhas desculpas pela minha memória ter falhado. Acho as misericórdias com os defeitos e as virtudes que tem são rigorosamente iguais segundo a lei a todas as IPSS. Uma IPSS é um «chapéu» que contempla depois uma lei específica vários tipos de organizações sem fins lucrativos, que depois tem as associações as misericórdias tem as mutualidades e outro tipo de instituições sem fins lucrativos. Uma IPSS é uma instituição particular que prossegue os fins da solidariedade e não tem fins lucrativos. -----

-- O Senhor Deputado lembra-me um discurso famosíssimo feito por Antero de Quental que vossa excelência quis aqui parafrasear que é a “Causa da Decadência dos Povos Peninsulares”, que vossa excelência deve ter lido, que trata rigorosamente desse assunto da mesma forma que o expôs. Serve esta intervenção para por um ponto de ordem de respeito que é devido a intuição em causa. Se é incontrolável é porque não a querem controlar e admitindo que terá defeitos mas é uma instituição que presta serviço a centenas de crianças, a centenas de idosos que presta um excelente serviço à comunidade, que substitui uma grande função do estado que é a função da solidariedade social, a que vossa excelência deveria estar muito grato e uma vez que é socialista, que é uma das grandes «bandeiras» do PS que é a

solidariedade social e o apego a essas causas tão nobres e o meu também, mas que a misericórdia foi criada para essa função, uma vez melhor, outra vez pior, na medida das possibilidades e que devem ser apoiadas todas as que fazem este trabalho. Se tiver defeitos ou alguma coisa menos clara os órgãos e os tribunais, e contrariando rigorosamente aquilo que vossa excelência disse, estarão lá para actuar nesse devido sentido, ninguém está imune à lei neste país, então tenho conhecimento disso e isso não pode ser verdade.” -----

-- **O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) em direito de resposta ao Senhor Deputado Luís D´Elvas disse o seguinte: -----

-- “ O que eu disse foi que o regime jurídico das misericórdias e comissões fabriqueiras é correcto sei do que falo, e nem se quer admito se que se insinue que estou a dizer alguma coisa de falso. Se não tivesse a certeza não me atreveria a falar de uma coisa que tem a ver com a minha profissão, isto é autêntico, isto tudo não nem nada a ver, nem a minimizar as boas obras que as misericórdias já fizeram ao longo de séculos neste país, mas não é por isso que tenho que fechar os olhos a uma realidade que me confrange em termos democráticos, e em termos socialistas também. Porque a solidariedade não se faz com misericórdiasinhas com esmolinhas, faz – se com responsável repartição, é esta a solidariedade cívica e socialista.” ---

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que retirava a sua proposta por não ter havido consenso quanto à inclusão da Comissão Fabriqueira de Caria na composição do Conselho Municipal de Segurança. -----

-- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D´Elvas (PSD) pediu a palavra para informar que, em virtude da divergência quanto à inclusão da Comissão Fabriqueira de Caria na composição do Conselho Municipal de Segurança, ser essencialmente uma questão de princípios quanto ao papel das IPSS e das Misericórdias na sociedade, e por não poder abdicar dos mesmos, o PSD repunha a proposta do Senhor Presidente da Assembleia como iniciativa sua para que assim fosse votada. -----

-- **O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) disse o seguinte: -----

-- “Entendemos que sendo uma aprovação provisória, não há obstáculos que se vote já e se aprove, desde que concordemos com o fundamental da proposta. Relativamente à proposta do Senhor Deputado Alfredo Martins ela insere-se, num dar maior representatividade possível a uma coisa que se queria representativa, mas, que posteriormente o próprio conselho em termos funcionais poderá emendar da maneira que achar mais conveniente para alcançar os objectivos.” -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar à votação do documento em discussão. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar o regulamento em questão com a inclusão das propostas dos Senhores Deputados Alfredo Guerra e Luís D´Elvas. -----

-- **A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) apresentou declaração de voto: --

-- “Por principio nada temos a obstar à criação do Conselho Municipal de Segurança e é por isso que, embora com expectativa contida, decidimos votá-lo favoravelmente. E se dizemos expectativa contida, é porque a existência de Conselhos Municipais por si só não significa mais e melhor participação, pois como todos sabemos, tal depende da vontade genuína de dinamizar a participação, a informação, a transparência, a colaboração entre os agentes concelhios para um determinado objectivo. Neste domínio o que a experiência recente nos diz é que esta Câmara não tem sido propriamente um exemplo nesse domínio, como é o caso do mau funcionamento do Conselho Municipal de Educação. -----

-- Em segundo lugar, se a Câmara quer com esta proposta enveredar por um modelo de governação local que estimule a participação, podia e devia em nosso entender começar por matérias bem mais decisivas para a eficácia municipal e por áreas que atingem com mais

virulência o Concelho e a sua população, que não propriamente a criminalidade e temas conexos. Ou seja, a segurança de que falamos e de aqui gostaríamos de ouvir falar é a segurança do cumprimento das promessas, do emprego, da manutenção e valorização do serviço público de educação, da protecção social e da saúde, entre outros. -----

-- Mas podemos nesta linha dar alguns exemplos: -----

-- Criação do Conselho do Orçamento Participativo de acordo com a prática que já hoje ocorre em municípios não apenas da CDU, mas também do PS; -----

-- Emprego o desemprego continua a subir no nosso Concelho; nós tomámos posição sobre o desemprego recente de 32 trabalhadores da Carveste, da Câmara nem uma palavra – Criação, portanto, do Conselho Económico e Social para reunir esforços na construção de uma estratégia de defesa do emprego e de atracção de novo investimento público e privado;

-- Associativismo e Juventude, dar a palavra enquanto é tempo às Colectividades e aos jovens para que em conjunto, definir programas de apoio à dinamização desportiva, cultural, lúdica, etc. -----

-- Estas são as nossas prioridades, bem distantes daquelas que a Câmara vai definindo, mas estamos em crer, mais próximas das necessidades reais das pessoas e do Concelho, e se quiserem, do futuro, pois estas são opções destinadas também a procurar prevenir, antes de remediar, algumas das causas das muitas inseguranças que hoje vivemos fruto de políticas injustas. -----

-- Pela CDU. -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos: -----

-- **4.6 – FIXAÇÃO DO VALOR DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 17º DO ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS (LEI Nº 29/87, DE 30 DE JUNHO, ALTERADA E REPUBLICADA ATRAVÉS DO ANEXO II DA LEI Nº 52-A/2005, DE 10 DE OUTUBRO):** -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que o valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal tem com base o valor dos membros da Câmara Municipal. -----

-- **O Senhor Presidente Câmara Municipal** esclareceu também que os valores estipulados são valores que decorrem da lei e que são os valores mínimos estipulados na lei. -----

-- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) declarou que riam votar favoravelmente. -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar à votação do ponto em questão. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, aprovado por unanimidade. -----

-- **2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:** -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção. -----

-- **O Senhor Presidente da Assembleia** propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade. -----

-- E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu,

Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.